



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

## REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NO BOJO DAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Francisco dos Santos Neto<sup>1</sup>

Bianca Neves Arnaud<sup>2</sup>

Eliane de Castro Gomes<sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo apresenta as transformações no mundo do trabalho e seus impactos na profissão. Para sua elaboração utilizou-se referenciais levantados para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de duas autoras deste. Assim, a guisa de conclusão, entende-se que a profissão sofre os rebatimentos da crise do capital tal como o conjunto dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Transformações no Mundo do Trabalho, Crise do Capital.

**Abstract:** The article presents the transformations in the world of work and its impacts on the profession. For its elaboration, reference was made to the elaboration of the Work of Conclusion of Course of two authors of this one. Thus, by way of conclusion, it is understood that the profession suffers the rebuffs of the crisis of capital as the whole of the workers.

**Keywords:** Social Service; transformations in the world of work, capital crisis.

### 1. INTRODUÇÃO

O texto que se apresenta a seguir traz ao leitor algumas reflexões preliminares acerca das transformações no mundo do trabalho, particularmente sobre os impactos deste nos espaços sócio ocupacionais das/dos Assistentes Sociais. Ressalta-se que o conteúdo aqui abordado advém de reflexão bibliográfica efetivada com base no material coletado para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), das autoras deste ensaio, ainda em andamento, na Faculdade da Amazônia (FAAM).

O interesse investigativo por essa temática emerge a partir da visita institucional monitorada, das autoras desse trabalho, no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II), no município de Marituba no estado do Pará. As observações empíricas, bem como a entrevista com a profissional de Serviço Social do local, possibilitaram verificar a falta de infraestrutura de trabalho ocasionado pela precarização das condições e relações de trabalho. Partindo desses pressupostos, despertou-se o interesse em investigar os impactos

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará. E-mail: <francisco.neto2013@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal do Amazonas. E-mail: <francisco.neto2013@hotmail.com>.

<sup>3</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal do Amazonas. E-mail: <francisco.neto2013@hotmail.com>.

causados, por esses fatores, no trabalho cotidiano e relações profissionais, nos espaços sócio ocupacionais das/dos Assistentes Sociais. Ressalta-se que nesse ensaio ainda não foi possível trazer dados empíricos, pois a pesquisa de campo ainda esta em fase de planejamento.

Destarte, ressalta-se que as pesquisa bibliográficas já efetivadas vem demonstrando que tais transformações, no mundo do trabalho, têm impacto direto sobre as condições de vida e trabalho da/do Assistente Social, pois este tem sua subjetividade afetada enquanto trabalhador(a) assalariado(a) o que pode reverberar em adoecimento. Nessa direção, esta pesquisa parte da afirmação de Laurell e Noriega (1989, p. 110) qual seja: a relação saúde-doença no trabalho está posta por meio de uma interação de elementos “que interatuam dinamicamente entre si e com o corpo do trabalhador que se traduzem em desgaste mental entendido como perda de capacidade potencial ou efetiva corporal e psíquica“. Nesse sentido, o trabalho que originou a ideia desse artigo parte do seguinte problema de pesquisa, a saber: quais os impactos da precarização do trabalho, na lógica da reestruturação produtiva, sobre os espaços sócio-ocupacionais da/do Assistente Social no município de Marituba-PA? Bem como, quais os impactos desse processo na saúde desses profissionais?

Ressalta-se que na concepção dos autores, portanto a hipótese desta pesquisa é a de que as transformações do mundo do trabalho têm relação direta com as condições e relações de trabalho do conjunto das profissões especializadas, especialmente o Serviço Social, e diante da conjuntura atual, global e nacional, as condições de vida e trabalho dos sujeitos tem se tornado cada vez mais precarizadas. Assim, esse texto traz alguns dos elementos introdutórios que vem, consubstanciando a discussão das autoras da pesquisa, bem como do orientador, para a construção da monografia, quais sejam: a tese de que o Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, que este profissional configura-se como trabalhador assalariado munido de uma relativa autonomia e sofre todos os ditames da lógica societária do capital.

## **2. REFLEXÕES SOBRE A CATEGORIA TRABALHO.**

O trabalho constitui-se como elemento fundamental para a realização do ser social, que se objetiva nas palavras de Antunes (2015, P.168), “através da produção e reprodução da sua existência, ato social que se efetiva pelo trabalho”. Deste modo o trabalho mostra-se como um elemento fundante do ser social, e expressa-se na relação entre homem e natureza, denominada ação transformadora, em que o homem incide sobre a natureza, transformando-a e transformando a si mesmo como sujeito histórico. Nesse sentido, o

trabalho é o ato que difere o homem de outras espécies devido sua capacidade teleológica, que transforma objeto natural em objetos com valor social. Diante disso:

[...] pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes as do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já havia antes idealmente na imaginação do trabalhador. (MARX, 1985, p.202).

Destarte, o trabalho a priori representaria a finalidade e realização do ser social. Entretanto, na sociedade capitalista, a categoria trabalho ganha novos contornos, perdendo seus sentidos eminentemente ontológicos, em função do que Antunes (2015, p. 172) chama de “desrealização do ser social”. Neste contexto o trabalho converte-se em atividade degradante, aviltada, fetichizada e estranha ao sujeito que o realiza, no sentindo em que o homem não se reconhece em determinada atividade que o mesmo executa, torna-se alheio. Em suma, o trabalho surti apenas como meio de criação de valores de troca, convertendo-se em atividade útil a reprodução do capital, isto é, o sentido desta atividade, qual seja: reprodução da vida social por meio de uma relação ontológica entre homem-natureza, a qual é vital para reprodução social é totalmente descaracterizada. (ANTUNES, 2015). Nesse sentido, refletindo acerca do trabalho na sociedade capitalista, o autor de O Capital, o caracteriza como relação entre capitalista e trabalhador:

[...] o capitalista põe-se então a consumir a mercadoria, a força de trabalho que adquiriu, fazendo detentor dela, o trabalhador, consumir os meios de produção com o seu trabalho. Evidentemente, não muda a natureza geral do processo de trabalho executá-lo o trabalhador para o capitalista e não para si mesmo. [...] o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. (MARX, 1985, P. 209).

Partindo dessa concepção, conclui-se, que a categoria trabalho na sociedade capitalista ganha novos contornos, que incide diretamente sobre a classe trabalhadora, especificamente a partir da década de 1970 do século XX, tomando ciclópicas proporções. A crise estrutural contemporânea do modo de produção capitalista e, por conseguinte a reestruturação produtiva, inauguram como nunca antes visualizado na história da humanidade, o que Antunes (2015) trata como uma “nova polissemia do trabalho”. E é sobre tais aspectos que trataremos no item subsequente.

## **2.1 As transformações no mundo do trabalho**

No decorrer dos anos 1970, com a crise do capitalismo contemporâneo e com a crise do estado de bem-estar social e ascensão do neoliberalismo, a sociedade sofreu diversas transformações estruturais e conjunturais, a saber:

A crise do capitalismo de 1970 marcou o ponto de inflexão, ou seja, um período de estagnação, onde o Estado atuou como uma almofada amortecedora anti-crise. A partir de então houve uma dificuldade crescente do capitalismo contemporâneo de escapar ao dilema entre ressecação profunda ou inflação acentuada. A partir daí o desemprego passa a ser crescente, numa dinâmica na qual em cada recessão ele aumenta, sem ser revestido na retomada, considerando pequenos ciclos dentro de onda longa depressiva. (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p.116-117).

Dada esta crise, o capitalismo estabelece estratégias e mecanismos de superação do desequilíbrio entre produção e consumo para recuperação de suas taxas de lucro, o que se denominou, por autores(as) críticos, como fase da reestruturação produtiva. De acordo com Mota e Amaral (2010) a reestruturação do capital caracteriza-se por meio da reorganização do processo de produção de mercadorias e realização do lucro, ou seja:

[...] numa conjuntura de crise, a reestruturação da produção e a reorganização dos mercados são iniciativas inerentes ao estabelecimento de um "novo equilíbrio", que têm como exigência básica a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, afetando tanto a esfera da produção quanto as relações sociais. (MOTA E AMARAL, 2010, p. 5).

Dentre essas transformações podemos destacar as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, como diz Antunes (2015, p. 124) "a nova polissemia do trabalho, sua nova morfologia do trabalho em que a categoria trabalho passa por uma metamorfose ganha um desenho multifacetado, por meio da reestruturação do capital." Na cena contemporânea os trabalhadores são regidos a novas exigências no mundo do trabalho, dentro de novos padrões, quais sejam:

A nova morfologia do trabalho se dá no estágio atual do capitalismo, enorme enxugamento da força de trabalho combina-se com mutações sócio técnicas no processo produtivo e na organização do controle social. Sendo assim a flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho implantada no espaço produtivo estão em curso acentuados e presente em grande intensidade. Ocasionalmente uma melhor qualificação da força de trabalho. Para o capital produtivo o que interessa é a mescla entre equipamento informacionais e a força de trabalho qualificada, polivalente, multifuncional, apta para opera-los. (ANTUNES, 2012, p. 11).

Nos termos de Iamamoto (2006) o trabalho torna-se cada vez mais alienante/degradante na vida do trabalhador na cena contemporânea, devido às novas determinações (im)postas aos trabalhadores, sob as astúcias de um "novo perfil do trabalho social". Esse processo ocorre sob a égide de um avanço científico e tecnológico que impõe novas formas de exploração e degradação da força humana de trabalho. Essa nova

polissemia do trabalho, é resultado das fortes mutações no interior do processo produtivo do capital nas últimas décadas (ANTUNES, 2012).

Cabe frisar que a nova morfologia do trabalho impacta todas as categorias profissionais de trabalho, a saber: desde o operariado industrial e rural clássico, como também os novos contingentes de homens e mulheres que trabalham, sobretudo no setor de serviços. Particularmente no Brasil, presencia-se, desde a década de 1990 um quadro pragmático de desregulações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho, uma pragmática desenhada pelos ditames dos organismos multilaterais de orientação neoliberal, o que vem resultando em significativos processos de reestruturação produtiva marcada pela mundialização e financeirização dos capitais, que tem impacto direto sobre as condições de vida e trabalho da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2015).

Partindo do pressuposto de que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, na condição de assalariamento, munidos de uma relativa autonomia (IAMAMOTO, 2006), esses profissionais vão sofrer os impactos diretos da ordem do capital na era das transformações no mundo do trabalho, conforme os apontamentos a seguir.

## **2.2 O Serviço Social frente às transformações no mundo trabalho.**

Conforme já sinalizado em linhas anteriores, com a crise do capital de 1970 o mundo do trabalho sofre demasiadas transformações. Sendo a profissão de Serviço Social parte e expressão desta sociabilidade, inscrito no âmbito dos processos de trabalho coletivo também sofre tais rebatimentos. Com base em Iamamoto (2014) as profissões se engendram a partir das necessidades sociais e deriva-se da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida. Sendo assim, o Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo, pois participa do processo de produção e reprodução das relações sociais, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Logo, inserido nesta divisão, os Assistentes Sociais tornam-se trabalhadores assalariados.

Na ótica da tradição marxista a sociedade capitalista divide-se entre duas classes fundamentais, quais sejam: burguesia e proletariado. Esta última, classe trabalhadora, vende a sua força de trabalho, pois foi destituída dos seus meios de reprodução social e ao vender sua força de trabalho, em troca de um salário, entrega ao seu empregador o direito de consumo de seu tempo de vida durante a jornada de trabalho estabelecida historicamente, o Assistente Social, nesta prestação de serviços, é solicitado a exercer funções/atribuições na fase terminal das políticas sociais. O Estado/mercado convocam esses profissionais a executar tarefas de caráter conservador/dominante, neste sentido

ocorre uma tensão entre o projeto profissional e sua condição de trabalhador assalariado. (IAMAMOTO, 2006).

Diante desta concepção, as/os Assistentes Sociais sofrem as transformações no mundo do trabalho, o que o torna um trabalhador precarizado. Conforme Iamamoto (2011, p. 338) “a condição do trabalhador está tensionada pelo trabalho assalariado que o submete aos dilemas da alienação, onde ele se realiza submetido ao poder do empregador, o que reduz a relativa autonomia do Assistente Social.” Decerto, essas refrações influenciam no processo de atendimento aos usuários, uma vez que nessas condições de trabalho os profissionais não conseguem realizar um acompanhamento devido das demandas destes, por não dispor de equipamentos básicos no local de trabalho, ausência de transporte para realização de visita domiciliar, falta de privacidade no atendimento e uma parcela mínima de recursos financeiros.

Esta dinâmica está articulada a lei geral de acumulação do capital como nos afirma Iamamoto (1994, p. 96) “toda riqueza socialmente criada é fruto do trabalho humano, ou seja, produto das classes trabalhadoras, e somente uma parcela mínima dessa riqueza é redistribuída à população sob a forma de Serviço Social”. Esses agravos irão impactar o exercício profissional do Assistente Social, uma vez que:

O espaço profissional não pode ser reduzido, portanto, àquilo que normalmente faz o trabalhador social no mercado de trabalho. Compreende o âmbito no qual o Serviço Social como profissão na divisão social do trabalho, que nem sempre é coberto em todas as suas dimensões. Assim não se pode reduzir o espaço profissional a uma prática rotineira, burocratizada, empiricista e tarefaira, tal como se demonstra na instituição. (IAMAMOTO, 1994, p.104).

Para o enfrentamento dessa conjuntura são imprescindíveis os pressupostos da formação e do trabalho profissional, dispostos no projeto político profissional, os quais preparam os Assistentes Sociais para uma atuação tensionada por interesses de classes antagônicas respondendo as demandas do capital e do trabalho. Assim como, inserido nesse contexto, a intervenção do profissional “acaba sendo condicionada pelo tipo, pela natureza, pelo formato, pela modalidade de atendimento das expressões da questão social pelo Estado burguês”. (GUERRA, 2005 p.7).

Situados na ordem societária capitalista e com demandas gestadas a partir da crise do capital, os espaços ocupacionais dos Assistentes Sociais são modificados dando ênfase à precarização, flexibilização e terceirização do trabalho. Segundo Alves (2015) essas modificações estabelecem novas formas de gestão da força de trabalho por meio de formas de trabalho mais flexíveis, terceirização dos serviços, maior carga tributária, crescimento do

trabalho desprotegido e sem expressão sindical. Exigindo ainda, um profissional polivalente, multifuncional que dê conta de resolver com eficiência e eficácia o que é demandado.

Nesse contexto, sabe-se que o Estado é um dos setores que vem sofrendo incisivamente a ofensiva neoliberal. Sendo os Assistentes Sociais majoritariamente trabalhadores do setor pública, segundo Iamamoto (2009), a saber:

[...] no nível nacional, 78,16% dos Assistentes Sociais atuam em instituições públicas de natureza estatal, das quais 40,97% atuam no âmbito municipal, 24%, estaduais e 13,19%, federais. Assim, Assistente Social no Brasil é majoritariamente um funcionário público, que atua predominantemente na formulação, planejamento e execução de políticas sociais com destaque às políticas de saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras. (IAMAMOTO, 2009, p. 05).

Assim, esses profissionais vêm sofrendo os rebatimentos da Reforma do Estado brasileiro. A respeito dessa reforma:

Em agosto de 1995 foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Emenda Constitucional nº 173 que versava sobre a reforma do Estado brasileiro. Deste modo, o governo de Fernando Henrique Cardoso inaugura uma nova ofensiva contra os direitos sociais instituídos com a Constituição Federal de 1988. Amparado pela popularidade e legitimidade adquiridas nas urnas, o novo Presidente inicia o seu governo organizando uma ampla reforma nas políticas e nos aparelhos do Estado pretendendo reduzir o “custo Brasil”, solucionar a crise da economia brasileira e garantir as condições de inserção do país na economia globalizada (Cardoso, 1998). Com esse objetivo, enquanto empreende uma luta ideológica que apresenta os direitos sociais como privilégios e entraves ao desenvolvimento econômico, promove a desregulação da economia e a flexibilização da legislação do trabalho, a diminuição dos gastos públicos, a privatização das empresas estatais, a abertura do mercado aos investimentos transnacionais, dentre outras medidas (SILVA, 2019, p. 03)

Iamamoto (2006) destaca como resultados desse processo a redução dos concursos públicos o que acarreta a falta de recursos humanos, contenção salarial, terceirização/contratação precária, com baixos salários e péssimas condições e relações de trabalho, bem como a falta de equipamentos e estrutura física adequada à garantia das condições éticas e técnicas para atuação do Assistente Social. Essas mudanças tem como, também, os avanços tecnológicos os quais intensificam o trabalho, requerendo do profissional novas competências, exigindo capacitação profissional permanente. Por conseguinte, é necessário investir em uma formação profissional continuada com direcionamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo coadunados ao Projeto Profissional do Serviço Social o que possibilita impulsionar um trabalho na perspectiva contra hegemônica em defesa dos direitos sociais na perspectiva da ampliação do acesso a bens e serviços.

Frente a esse contexto, Guerra (2005) afirma que as intervenções profissionais devem advir de conteúdos ético-políticos que se inscrevam no campo dos valores, e não em

ações repetitivas, simples, imediatista e focalizada. A autora ressalta que no âmbito da dimensão instrumental deve-se ter uma racionalidade lógica que impulsiona os profissionais ao enfrentamento qualificado das demandas e requisições postas em seu cotidiano, e para isso é imprescindível uma formação qualificada, ancorada nos princípios e valores do projeto ético-político, os quais só podem emergir de um aperfeiçoamento profissional constante, ancorados na pesquisa social e na dimensão investigativa.

Ressalta-se que os espaços de trabalho tem se tornado cada vez mais competitivos, o que para Faleiros (2015) advém do desenvolvimento capitalista que tem levado a/o Assistente Social a incorporar diversas tarefas como trabalhador assalariado, na medida em que vende a sua força de trabalho, encontra-se também em uma situação de exploração.

Neste sentido, Guerra (2014) nos alerta para um desafio a ser enfrentado, qual seja: o de não homogeneizar o trabalho profissional, ou seja, sua (des)especialização, pois o trabalho ao tornar-se homogêneo, abstraído de suas diferenças e propriedades, torna-se genérico e o trabalhador torna-se cada vez mais polivalente e por consequência superexplorado pelo mercado. Assim, é urgente que os Assistentes Sociais fortaleçam os debates acerca de uma formação e trabalho profissional crítico, na direção de princípios e valores historicamente defendidos pela categorias de Assistentes Sociais brasileiros.

### **3. CONCLUSÃO**

Este artigo buscou, sem pretensões de esgotamento do debate, apresentar reflexões acerca das transformações no mundo do trabalho e seus impactos no Serviço Social. Inicia com reflexões acerca da categoria trabalho a priori pautada como elemento fundante do ser social, em seu sentido ontológico, para em seguida situa-la na sociedade capitalista, a qual inaugura novos contornos ao trabalho diversificando-o e transformando-o em estranhado, aviltado e fetichizado (ANTUNES,2015). Pode-se dizer que há várias determinações que geram mudanças no processo trabalho, advindos desde a gênese do capital, passando pelas diversas fases do modo de produção do capital até a contemporaneidade. Nesse trabalho o recorte temporal foi a crise do capitalismo contemporâneo de 1970 a qual inaugura novos processos de produção e reprodução do capital. Como afirma Mota e Amaral (2010, p. 05) “Trata-se da reorganização das fases do ciclo global da mercadoria e da criação de mecanismo sócio-políticos, culturais e institucionais, necessários a manutenção do processo de reprodução social.”

Com isso, torna-se necessário que o Assistente Social formule ações para intervir nas contradições postas na sociedade brasileira. Isso só é possível por meio da apreensão dos processos macroscópicos da sociedade, os quais incidem sobre o trabalho profissional.

Ou seja, é necessário um perfil profissional que logre ultrapassar as rotinas institucionais e busque apreender o movimento da realidade, sendo um profissional criativo, propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2006). Na ótica de lamamoto (2006) o Assistente Social deve ser:

[...] um profissional qualificado, que reforce e ampliem a sua competência crítica; não só executiva, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida e em sociedade. Um novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de suas histórias. (IAMAMOTO, 2006, p.49).

Nesse sentido, parafraseando a Professora Dra. Yolanda Guerra, em palestra proferida na Universidade Federal do Pará (UFPA) em 13 de junho de 2019, a/o profissional do Serviço Social, deve possuir um conhecimento aguçado para que possa estabelecer estratégias de “resistência” frente aos desafios que emerge da sociedade capitalista, que traz como consequência a barbárie balizada na crise estrutural do capital, a qual deixa profundas marcas que envolvem toda a classe trabalhadora. Ressaltando a necessidade de lutar e resistir diante das adversidades sociais, pois a sociedade precisa de um perfil de Assistentes Sociais resistente, tanto na defensiva quanto na ofensiva frente à barbarização do humano.

Diante desse contexto, de mudanças no mundo do trabalho, o profissional se depara com a realidade sócio-institucional cada vez mais precarizada em termos de condições e relações de trabalho. Esses fatores impactam a objetividade e a subjetividade do profissional, uma vez que diante desse contexto têm desafios cada vez mais complexos diante do agravamento da questão social, matéria prima do trabalho profissional, expressas pelo agravamento da pobreza e desemprego estrutural, violência e violação de direitos humanos, aumento do racismo, LGBTfobia, machismo/sexismo, violência geracional, xenofobia e etc. Avessos ao que preconiza o projeto profissional, o qual está pautado na defesa intransigente dos direitos humanos, contra todas as formas de exploração e opressão na perspectiva na liberdade como valor ético central, a qual só pode ser alcançado na órbita da socialização da riqueza socialmente produzida e na direção da emancipação humana coletiva, ou seja: uma sociedade sem dominadores e dominados, sem opressores e oprimidos, em seu máximo, uma sociedade sem classes sociais.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Gláucia Lelis. Processos de trabalho, precarização e Serviço Social: uma discussão necessária. **O Social em Questão**, ano 17, n.34. p. 181-204, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **A nova morfologia do trabalho**: reestruturação e precariedade, Disponível em: <<http://nuso.org/media/articles/>> acesso em 02 de mar. 2019 às 10h. Artigo cópia revista Nueva Sociedad, emp. NUSO ed. n° 279o, junho 2012.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BEHRING, Elaine, Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 9° ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS, Vicente de PAULA. **Saber profissional e poder institucional**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

GUERRA, Yolanda. **O Serviço Social frente à crise contemporânea**: demandas e perspectivas. In: Revista Ágora: políticas públicas e Serviço Social, Ano 2, n.3, dezembro de 2005.

\_\_\_\_\_. **A instrumentalidade do Serviço Social**: reflexões sobre formação e trabalho profissional na contemporaneidade. Degravação de palestra promovida pelo Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Política Social e Formação Profissional (GEPSS) do programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Ocorrido no Campus Universitário José da Silveira Neto, Campus Profissional da UFPA. Belém-PA, 2019.

\_\_\_\_\_. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 10° ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo** no Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 10° ed. São Paulo, Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social**. In: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília-DF, 2009.

\_\_\_\_\_. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. – São Paulo: Cortez 2014

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. **Processo de produção e saúde**: trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política; o processo de produção do capital volume 1- 10° ed. 1985. Tradução de Reginaldo Sant'Anna.

MOTA, Ana Elizabete, AMARAL, Ângela Santana do. A reestruturação do capital: fragmentação do trabalho e Serviço Social. Revista & debate, 2010, n° 33. Disponível em: <<http://www.ts.ufr.br/binario>> acesso em: 20 jun. 2019, às 15hs23min.

SILVA, Ilse Gomes. A reforma do Estado A reforma do Estado brasileiro nos anos 90: brasileiro nos anos 90: processos e contradições. Revista Lutas Sociais. Disponível em:

<[http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v7\\_ilse\\_gomes.pdf](http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v7_ilse_gomes.pdf)> acesso em: 21 de Jun. 2019, às 13h 25min